

EDITORIAL

Repensando a revisão por pares: desafios e transparência na ciência contemporânea

Rethinking peer review: challenges and transparency in contemporary Science



 **Francisco Antonio Serralvo¹**
Editor-Chefe RAD PUC-SP



O sistema de revisão por pares, ou *peer review*, constitui um dos pilares centrais da ciência moderna e, desde sua consolidação como prática institucionalizada, passou a desempenhar papel decisivo na legitimação do conhecimento científico, atuando como mecanismo de controle de qualidade, de filtragem epistêmica e de validação social (Barros, 2025). Apesar da sua inegável importância para a academia, o sistema tem apresentado fragilidades significativas, como lentidão, custos elevados, capacidade limitada para detectar erros e suscetibilidade a vieses (Ross-Hellauer, 2017).

Nos últimos anos, esses problemas tornaram-se mais evidentes. O crescimento do número de artigos que na última década tem se aproximado da média de 6% ao ano (Scientific, Technical & Medical Publishers [STM], 2025), a pressão por produtividade

¹ serralvo@pucsp.br, Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP - São Paulo/SP - [Brasil].

Como citar este artigo

Serralvo, F. A. (2026). Repensando a revisão por pares: desafios e transparência na ciência contemporânea [Editorial]. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 28(1), 1-9. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2026v28i1.74667>

acadêmica, a internacionalização das revistas, a diversidade metodológica e o avanço tecnológico evidenciaram ainda mais as limitações do modelo tradicional (Rigo, 2017). O debate enfatiza, entre outros, a transparência, os julgamentos tendenciosos, as disparidades institucionais, a demora nos processos e as variações na qualidade das avaliações (Lee et al., 2013; Publons, 2018).

No campo da Administração, essas questões adquirem relevância particular ao se relacionarem diretamente à discussão sobre o papel da revisão por pares em diferentes áreas. A pluralidade teórica, a diversidade metodológica e a interface com práticas organizacionais e políticas públicas transformam a revisão por pares em um espaço de mediação institucional, além de um procedimento técnico (Peci, 2022). Refletir criticamente sobre seus modelos implica analisar a governança do conhecimento e os processos pelos quais editorias e conselhos científicos estabelecem padrões de qualidade, diversidade e legitimidade (Heringer et al., 2024).

A revisão por pares como instituição científica

Mais do que um protocolo editorial, a revisão por pares funciona como uma instituição social de autorregulação. Desde as suas origens no século XVII, o sistema evoluiu, assumindo papel preponderante no cenário científico global em meados do século XX, atuando como chancela imprescindível para assegurar a confiabilidade do escoamento da produção intelectual dos pesquisadores em escala global (Adam, 2024; Jenal et al., 2012). Diretrizes éticas consolidadas destacam deveres de confidencialidade, declaração de conflitos de interesses, objetividade, civilidade e responsabilidades recíprocas entre editores e avaliadores, o que indica que a integridade do processo depende de políticas transparentes e da formação adequada dos revisores (Committee on Publication Ethics [COPE], 2017). A tradução desses princípios éticos em ações editoriais práticas pode ser facilitada por meio de um checklist de responsabilidades dos revisores: garantir a confidencialidade do conteúdo revisado, declarar eventuais conflitos de interesses ao editor, fornecer avaliações objetivas e respeitosas, cumprir os prazos estabelecidos e buscar feedback construtivo para a melhoria contínua. A implementação desses passos concretos pode capacitar editores e revisores a incorporar os ideais éticos no cotidiano.

Apesar da crença na imparcialidade, pesquisas mostram que o processo está sujeito a diversos tipos de vieses, cada um com implicações próprias. Em primeiro lugar, existem vieses cognitivos que se manifestam por meio de preferências pessoais de revisores por certas teorias e métodos, o que pode distorcer a avaliação de mérito objetivo ou o sentido original dos autores do trabalho (Smith, 2006). Em segundo lugar, os vieses institucionais são evidentes quando revisores favorecem artigos cujos autores têm status elevado ou pertencem a instituições renomadas, o que pode influenciar injustamente as oportunidades de publicação (do Amaral & Príncipe, 2018). Por fim, há os vieses demográficos, que incluem discriminações baseadas em gênero, nacionalidade e afiliação acadêmica dos autores (Lee et al., 2013). Essas diversas formas de viés são corroboradas por revisões do estado da arte e por críticas editoriais históricas (Ross-Hellauer, 2017).

O desafio hoje é que o formato tradicional foi concebido em outro período da ciência, em que o fluxo editorial era sensivelmente menos intenso do que o atual (Silva,

2016). O número de artigos cresceu mais rápido do que a quantidade de revisores disponíveis, o que gerou sobrecarga e diferenças na qualidade; também há pressão para decisões rápidas, o que conflita com análises detalhadas realizadas com calma e acuidade (Publons, 2018). Em média, um acadêmico pode receber entre 6 e 12 pedidos de revisão por ano, dependendo da área de atuação, segundo dados do Global State of Peer Review (Publons, 2018). Esse volume excessivo de trabalho não apenas compromete a qualidade das revisões, mas também evidencia a necessidade urgente de reformulações no sistema de revisão por pares (Liboirin et al., 2018).

Revisão aberta x fechada: virtudes consolidadas e limites persistentes

Na concepção atual, o sistema de revisão por pares abrange dois modelos: a revisão aberta, ou *open review* (em que autor e revisor conhecem suas identidades), e a revisão fechada, ou *blind review* (em que as identidades não são reveladas). O modelo de revisão fechada pode ser duplo-cego (ou *double-blind*), em que tanto o autor quanto o revisor não são identificados, ou simples-cego (ou *single-blind*), em que apenas o revisor tem acesso à identidade do autor (Dias Filho et al., 2020). O modelo duplo cego é dominante nas ciências sociais aplicadas e busca reduzir os vieses decorrentes da identidade dos autores (Varella, 2020). Esses vieses incluem prestígio institucional, nacionalidade, gênero e estágio de carreira (Howell et al., 2025). Evidências empíricas sugerem que o acesso à identidade dos autores pode afetar desde a etapa inicial de escolha do revisor, *bidding*, até a recomendação final. Em experimentos controlados, revisões no modelo simples-cego tendiam a favorecer autores renomados, grandes universidades ou empresas (Tomkins et al., 2017). Em uma mudança de formato em conferência de ponta, o duplo-cego reduziu as pontuações de autores mais prestigiados e aumentou a divergência entre os avaliadores (Sun et al., 2021).

O anonimato reduz parte dos vieses na revisão por pares, mas não elimina preferências teóricas nem a resistência à interdisciplinaridade. A assimetria entre avaliadores e autores pode gerar feedback pouco construtivo, especialmente para pesquisadores iniciantes. Tais relatos mostram como essas estruturas afetam negativamente o feedback recebido (Tomkins et al., 2017).

A revisão por pares aberta emerge como resposta à opacidade do modelo tradicional. Essa modalidade de revisão reúne práticas como identidades abertas, publicação dos pareceres e maior participação dos atores envolvidos. Estudos indicam que publicar relatórios de revisão por pares não diminui a disposição para revisar, nem piora as recomendações nem os prazos. A maioria prefere manter o anonimato, mas, em certos contextos, o conteúdo da revisão tende a ser mais construtivo (Maia & Farias, 2025).

No entanto, os efeitos de longo prazo dos modelos abertos não são uniformes: em contextos de competição e status, podem induzir autocensura e acomodação, conforme simulações de Bianchi & Squazzoni (2022). Embora a transparência proporcione avanços na responsabilidade e no reconhecimento do trabalho avaliativo, ela não elimina todos os desafios da revisão por pares. Ademais, a transparência não assegura, de forma automática, rigor ou diversidade, pois depende do desenho institucional, da formação dos revisores e de salvaguardas de independência (Varella,

2020). Portanto, é fundamental equilibrar otimismo e cautela ao adotar práticas de revisão aberta.

Revisão pós-publicação e arranjos comunitários

As transformações observadas nas últimas décadas no campo da publicação científica – notadamente a migração quase completa dos periódicos do formato impresso para o digital, a consolidação do movimento da ciência aberta e a disseminação de plataformas de *preprints* – têm exercido uma pressão crescente sobre o modelo tradicional de revisão por pares. Esse novo ecossistema informacional ampliou significativamente a expectativa de redução do intervalo entre a submissão e a disponibilização pública dos manuscritos, tensionando um processo de avaliação historicamente caracterizado por longos ciclos, independentemente de adotar modalidades abertas ou fechadas. Nesse contexto, a revisão pós-publicação, amplamente empregada em plataformas de *preprints*, emerge como alternativa potencial, embora esteja longe de se configurar como uma opção plenamente consolidada no atual regime de comunicação científica. Ao deslocar parte da avaliação para o período posterior à divulgação do artigo, esse modelo tende a dinamizar o debate acadêmico e a possibilitar correções e aprimoramentos iterativos, ancorados na interação contínua da comunidade científica (Bucur et al., 2020; Liboiron et al., 2018).

Uma das experiências mais emblemáticas nesse sentido é a do periódico eLife, que, desde janeiro de 2023, passou a publicar *preprints* revisados, acompanhados dos respectivos pareceres públicos e de uma nota do comitê editorial da revista, eLife Assessment, destinada a sintetizar a significância dos achados e a robustez das evidências apresentadas, sem que a decisão de aceitar ou rejeitar o manuscrito constitua o objetivo final do processo. Avaliações realizadas após o primeiro ano de implementação desse modelo indicam uma redução significativa do tempo necessário para a obtenção de uma versão citável – com mediana em torno de 91 dias –, associada a elevados níveis de satisfação dos autores quanto à qualidade das avaliações recebidas. Além disso, tanto o volume de submissões quanto a proporção de manuscritos encaminhados à revisão permaneceram em patamares comparáveis aos observados no modelo editorial anterior, sugerindo estabilidade operacional durante a transição (eLife, 2024). Análises independentes conduzidas em 2025 apontam, contudo, que os níveis de concordância interavaliadores e de confiabilidade permanecem baixos, ainda que alinhados aos verificados em periódicos orientados por mecanismos tradicionais de *gatekeeping*, o que indica que a justiça do processo não foi comprometida e que subsiste margem para o aperfeiçoamento institucional do modelo (Mutz et al., 2025).

Essas inovações, contudo, não ocorrem sem gerar efeitos colaterais relevantes, especialmente no que concerne aos sistemas de indexação e às métricas de impacto. Em 2024, a Clarivate anunciou que o eLife deixaria de integrar o Science Citation Index Expanded (SCIE), mantendo apenas indexação parcial no Emerging Sources Citation Index (ESCI), condicionada às avaliações atribuídas aos manuscritos. Tal decisão intensificou o debate acerca da dissociação entre validação científica e publicação, bem como sobre o papel das métricas na governança contemporânea da ciência (Hong Kong University of Science and Technology [HKUST], 2024). Alterações nos regimes de indexação tendem a produzir efeitos concretos no

comportamento dos pesquisadores, uma vez que a centralidade das métricas influencia diretamente as estratégias de visibilidade, reconhecimento e legitimação acadêmica. Quando os incentivos institucionais são redefinidos por políticas de indexação, observam-se impactos diretos nas decisões de escolha de periódicos para submissão, reconfigurando prioridades e práticas no interior do sistema científico (Clarivate, 2024).

Vieses, diversidade e qualidade da avaliação científica

A literatura especializada tem documentado de forma consistente a sub-representação de mulheres e a presença de padrões de homofilia de gênero nos fluxos editoriais e nos processos de revisão por pares, indicando que a composição dos corpos de editores e revisores não é neutra em relação a atributos sociais (Helmer et al., 2017). Evidências recentes provenientes do período pandêmico reforçam esse diagnóstico: análises envolvendo 2.329 periódicos da Elsevier apontaram uma redução proporcional das submissões por mulheres, sobretudo entre pesquisadoras em estágios iniciais da carreira, ainda que diferenças menos pronunciadas tenham sido observadas na aceitação de convites para atuar como revisoras (Squazzoni et al., 2021). Esses achados sugerem que as desigualdades estruturais pré-existentes tendem a se acentuar em contextos de crise, com impactos diretos na dinâmica de produção e na avaliação do conhecimento científico.

No plano propriamente avaliativo, a questão da confiabilidade entre avaliadores constitui um dos pontos centrais do debate contemporâneo. Meta-análise baseada em 48 estudos e 19.443 manuscritos identificou níveis persistentemente baixos de confiabilidade interavaliadores (inter-rater reliability – IRR), com média de ICC/r^2 em torno de 0,34 e coeficiente Kappa aproximado de 0,17, o que evidencia um elevado grau de desacordo entre pareceres independentes (Bornmann et al., 2010). Embora esses resultados indiquem limitações claras do processo, a literatura ressalta que baixos níveis de concordância não implicam, necessariamente, injustiça sistêmica ou falhas normativas do *peer review*. Em determinados arranjos institucionais, a presença de expertises heterogêneas e de múltiplos critérios de julgamento pode gerar desacordo legítimo, sem comprometer a equidade ou a razoabilidade das decisões editoriais (*fairness*) (Feliciani et al., 2022).

Para além de gênero e confiabilidade, a dimensão geográfica também desempenha um papel relevante na configuração dos vieses da avaliação científica. O relatório Global State of Peer Review evidencia a sub-representação de pesquisadores de regiões emergentes no corpo de revisores, a maior frequência de convites direcionados a avaliadores de regiões cientificamente consolidadas e variações significativas nos tempos de revisão entre áreas e contextos nacionais (Publons, 2018). Diante desse quadro, estratégias de gestão editorial orientadas à ampliação e diversificação da base de revisores mostram-se fundamentais para reduzir as assimetrias de participação e mitigar vieses estruturais. A adoção de metas explícitas – como elevar a participação de mulheres no corpo de revisores para 40% até 2027 – pode constituir um instrumento relevante de responsabilização institucional e de monitoramento contínuo, contribuindo para a construção de um sistema de *peer review* mais equilibrado, inclusivo e socialmente legítimo (Goyal et al., 2024).

Implicações para revistas científicas e para a RAD

A revisão por pares permanece um mecanismo indispensável ao funcionamento da ciência, apesar de suas reconhecidas limitações. Ainda que não assegure objetividade absoluta nem elimine conflitos de interesse ou vieses cognitivos, a revisão por pares constitui uma estrutura institucional fundamental para a mediação crítica do conhecimento científico. Os diferentes modelos atualmente em uso – *double-blind*, *open peer review* e revisão pós-publicação – envolvem inevitáveis *trade-offs* entre transparência, equidade, rigor avaliativo e viabilidade operacional. O desafio contemporâneo, portanto, não reside na busca por um modelo universalmente superior, mas no reconhecimento dessas tensões e no desenvolvimento de arranjos editoriais contextualizados, sensíveis às especificidades disciplinares e às culturas institucionais de cada periódico.

Nesse cenário, os periódicos científicos desempenham um papel estratégico na governança dos processos de revisão. A definição do modelo, a clareza das diretrizes fornecidas aos revisores, bem como a formação e o acompanhamento sistemático da qualidade dos pareceres afetam diretamente a integridade científica e a legitimidade editorial. A literatura e as diretrizes internacionais convergem na identificação de boas práticas, como o fortalecimento de políticas éticas – com destaque para aquelas formuladas pelo Committee on Publication Ethics (COPE) – e a capacitação contínua dos revisores; a experimentação controlada de mecanismos de transparência, como a publicação de relatórios de avaliação com salvaguardas adequadas de anonimato; a ampliação e o monitoramento da diversidade nos convites para revisão e na composição dos conselhos editoriais; o uso de instrumentos de documentação e reconhecimento do trabalho de revisão, como identificadores persistentes (ORCID), registros públicos de revisão e métricas qualitativas dos pareceres; e, por fim, o acompanhamento sistemático da confiabilidade interavaliadores (IRR) e dos tempos de processamento editorial, de modo a equilibrar celeridade e rigor (Bornmann et al., 2010; Bravo et al., 2019; COPE, 2017; Publons, 2018).

No caso específico da Revista Administração em Diálogo (RAD), cuja identidade editorial se fundamenta na valorização do diálogo acadêmico, o modelo *double-blind* encontra-se consolidado como padrão. Ainda assim, mostra-se pertinente a experimentar gradualmente práticas adicionais de transparência, como a publicação facultativa de pareceres, desde que compatíveis com o perfil da área e com as expectativas da comunidade científica. Paralelamente, esforços contínuos para ampliar e diversificar a base de revisores – especialmente em termos de gênero, procedência institucional e área de especialização – integram as iniciativas da equipe editorial voltadas ao aprimoramento permanente do escopo e da qualidade editorial. Tais estratégias contribuem para o fortalecimento simultâneo do rigor avaliativo, da diversidade epistemológica e da confiança no processo, sem comprometer a viabilidade operacional da revista.

Para a área de Administração – e, em particular, para a RAD – a revisão por pares deve ser compreendida não apenas como procedimento técnico, mas também como prática ética, pedagógica e política da ciência. Investir na qualidade do *peer review* significa, em última instância, fortalecer a própria comunidade acadêmica. Esse

percurso envolve a adoção de modelos de governança claros, a formação sistemática de revisores, a implementação de políticas consistentes de diversidade e a construção de mecanismos de transparência cuidadosamente desenhados, ancorados em evidências empíricas e em diretrizes amplamente reconhecidas (Bravo et al., 2019; COPE, 2017; eLife, 2024; Ross-Hellauer, 2017). Ainda que disponha de um modelo de avaliação consolidado, a RAD mantém-se aberta à experimentação responsável de novos formatos de revisão, incluindo modalidades de transparência ampliada ou de revisão pós-publicação. Ao transformar a reflexão crítica em ação editorial, torna-se possível testar inovações capazes de gerar benefícios duradouros para a revista e para o sistema científico como um todo.

Referências

- Adam, D. (2024, October 15). *The early days of peer review: five insights from historic reports*. Nature. <https://www.nature.com/articles/d41586-024-03287-4>
- Barros, T. H. B. (2025). A revisão por pares enquanto um pilar da comunicação científica e a internacionalização de periódicos brasileiros. *Em Questão*, 31, e-150712. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.31.e150712>
- Bianchi, F., & Squazzoni, F. (2022). Can transparency undermine peer review? A simulation model of scientist behavior under open peer review. *Science and Public Policy*, 49(5), 791–800. <https://doi.org/10.1093/scipol/scac027>
- Bornmann, L., Mutz, R., & Daniel, H.-D. (2010). A reliability-generalization study of journal peer reviews: A multilevel meta-analysis of inter-rater reliability and its determinants. *PLoS ONE*, 5(12), e14331. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0014331>
- Bravo, G., Grimaldo, F., López Iñesta, E., Mehmani, B., & Squazzoni, F. (2019). The effect of publishing peer review reports on referee behavior in five scholarly journals. *Nature Communications*, 10(1), 322. <https://doi.org/10.1038/s41467-018-08250-2>
- Bucur, C., Kuhn, T. & Ceolin, D. (2020). *A Unified Nanopublication Model for Effective and User-Friendly Access to the Elements of Scientific Publishing*. arXiv preprint arXiv:2006.06348. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2006.06348>
- Clarivate. (2024, June 20). *Clarivate Reveals World's Leading and Trusted Journals with the 2024 Journal Citation Reports*. Clarivate. <https://clarivate.com/news/clarivate-reveals-worlds-leading-and-trusted-journals-with-the-2024-journal-citation-reports/>
- Committee on Publication Ethics [COPE]. (2017). *Ethical guidelines for peer reviewers* (Version 2). https://members.publicationethics.org/sites/default/files/cope-ethical-guidelines-peer-reviewers-v2_0.pdf
- Dias Filho, C. R., Bruni, A., Silva, A. P., Telles, B., de Andrade Gomes, J., & de Medeiros Tocantins, R. (2020). Validação do conhecimento científico: um processo anônimo, independente e transparente. *Revista Brasileira de Criminalística*, 9(2), 3–6. <https://doi.org/10.15260/rbc.v9i2.509>
- Do Amaral, J. C., & Príncipe, E. (2018). Ciência aberta e revisão por pares: aspectos e desafios para a participação da comunidade em geral. *Cadernos Bad*, 1, 320–325.

- eLife. (2024, 29 de fevereiro). *eLife's new model: One year on*. <https://elifesciences.org/inside-elife/66d43597/elife-s-new-model-one-year-on>
- Feliciani, T., Luo, J., & Shankar, K. (2022). Peer reviewer topic choice and its impact on interrater reliability: A mixed-method study. *Quantitative Science Studies*, 3(3), 832–856. https://doi.org/10.1162/qss_a_00207
- Rigo, A. S. (2017). Comunidade acadêmica: produtivismo e avaliação por pares. *Revista de Administração de Empresas*, 57(5), 510–514. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020170508>
- Goyal, N., Stelmakh, I., Shah, N., & III, H. D. (2024). *Causal Effect of Group Diversity on Redundancy and Coverage in Peer-Reviewing*. arXiv preprint. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2411.11437>
- Helmer, M., Schottdorf, M., Neef, A., & Battaglia, D. (2017). Gender bias in scholarly peer review. *eLife*, 6, e21718. <https://doi.org/10.7554/eLife.21718>
- Heringer, T. A., Carli, A. L. O., Machado, B. D. D., Back, D. R. K., Valim, A. R. M., & Possuelo, L. G. (2024). Uma década de avaliação por pares: em busca da equidade e diversidade. *ABEC Meeting* 1(1), 1–10. <https://doi.org/10.21452/abecmeeting2024.244>
- Hong Kong University of Science and Technology [HKUST]. (2024). *Changes to eLife's indexing status – What does this mean for authors?* HKUST Library. <https://library.hkust.edu.hk/sc/elife-indexing-change/>
- Howell, A., Wang, J., Du, L., Melkers, J., & Shah, V. (2025). *Prestige over merit: An adapted audit of LLM bias in peer review*. arXiv preprint. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2509.15122>
- Jenal, S., Vituri, D. W., Ezaías, G. M., Silva, L. A., & Caliri, M. H. L. (2012). O processo de revisão por pares: uma revisão integrativa de literatura. *Acta Paul Enferm.*, 25(5), 802–808. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002012000500024>
- Lee, C. J., Sugimoto, C. R., Zhang, G., & Cronin, B. (2013). Bias in peer review. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 64(1), 2–17. <https://doi.org/10.1002/asi.22784>
- Liboiron, M., Zahara, A., & Schoot, I. (2018). *Community Peer Review: A Method to Bring Consent and Self-Determination into the Sciences*. Preprints. <https://doi.org/10.20944/preprints201806.0104.v1>
- Maia, F. C. D. A., & Farias, M. G. G. (2025). Percepções de editores quanto à implantação da revisão por pares aberta em periódicos científicos. *Encontros Bibli*, 30, e99922. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2025.e99922>
- Mutz, R., Bornmann, L., & Daniel, H.-D. (2025). Scientific publishing without gatekeeping: An empirical investigation of eLife's new peer review process. *Scientometrics*, 130, 5067–5092. <https://doi.org/10.1007/s1192-025-05422-y>
- Peci, A. (2022). Adoção do Open Peer Review. *Revista de Administração Pública*, 56(4), 1–2. <https://doi.org/10.1590/0034-761242022>
- Publons. (2018). *Global state of peer review 2018*. Publons-Clarivate. <https://publons.com/static/Publons-Global-State-Of-Peer-Review-2018.pdf>

- Rigo, A. S. (2017). Comunidade acadêmica, produtivismo e avaliação por pares. *Revista de Administração de Empresas*, 57(5), 510–514. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020170508>
- Ross Hellauer, T. (2017). What is open peer review? A systematic review. *F1000Research*, 6, 588. <https://f1000research.com/articles/6-588>
- Scientific, Technical & Medical Publishers [STM]. (2025). *Open Access Data and the Publishing Industry*. <https://stm-assoc.org/oa-dashboard/oa-dashboard-2/uptake-of-open-access/>
- Silva, S. D. (2016). *Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal da Bahia, Salvador. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20970>
- Squazzoni, F., Bravo, G., Grimaldo, F., García Costa, D., Farjam, M., & Mehmani, B. (2021). Gender gap in journal submissions and peer review during the first wave of the COVID-19 pandemic. *PLoS ONE*, 16(10), e0257919. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0257919>
- Smith, R. (2006). Peer review: a flawed process at the heart of science and journals. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 99, 178–182. <https://doi.org/10.1177/014107680609900414>
- Sun, M., Barry Danfa, J., & Teplitskiy, M. (2021). Does double blind peer review reduce bias? Evidence from a top computer science conference. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 72(12), 1523–1537. <https://doi.org/10.1002/asi.24582>
- Tomkins, A., Zhang, M., & Heavlin, W. D. (2017). Reviewer bias in single-versus double-blind peer review. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 114(48), 12708–12713. <https://doi.org/10.1073/pnas.1707323114>
- Varella, F. F. (2020). Anonimato e transparência: qual o futuro da avaliação cega por pares? *Esboços: Histórias em Contextos Globais*. <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e70909>